



24
janeiro
Dia Nacional dos Aposentados

Boletim do JACARÉ

Editor Chefe: Darci Callegari, o Jacaré
Diretor Nacional de Comunicação



SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS

Diagramação: Jaime Alves

Ano V - nº 187 - de 16 a 22 de Outubro de 2009



Prezados(as)
Companheiros(as),

APOSENTADORIA PRECOCE

O aumento no número de benefícios concedidos pela Previdência Social está diretamente ligado à baixa qualidade de vida do brasileiro e ao aumento dos casos de doenças cardíacas, diabetes e câncer. O diagnóstico preocupante apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) chama a atenção para um fenômeno que em outros países tende a diminuir, enquanto que no Brasil as perspectivas mostram o contrário. Baseada na análise do perfil dos aposentados por invalidez e dos que recebem auxílio-doença, a pesquisa “Qualidade de vida – seus determinantes e sua influência sobre a seguridade social” revela que os problemas de saúde são os principais responsáveis pelo desequilíbrio financeiro do sistema previdenciário. Muito antes de somarem o mínimo exigido para a aposentadoria integral por tempo de serviço – 420 meses (35 anos) de contribuição para homens e 360 meses (30 anos) para mulheres – acabam tendo que recorrer à ajuda do governo. Os hábitos da vida moderna e as condições de trabalho ruins estariam inflando os pedidos à Previdência Social. De 1992 a 2007, o número de auxílios-doença concedidos para pessoas com idade entre 55 e 65 anos praticamente dobrou. No mesmo período, o tempo de concessão da aposentadoria por invalidez aumentou de 12 para 16 anos, com a média de idade dos beneficiários mantendo-se em torno dos 52 anos. “isso significa que o Estado vai gastar mais e por mais tempo”, observa o economista do Ipea Milko Matijascic. O estudo leva a uma conclusão preocupante: quanto maior o registro de Doenças Relacionadas ao Trabalho (DRT), maior o número de trabalhadores incapacitados para o trabalho, maior o pagamento de benefícios ocupacionais para compensação salarial temporária, como o auxílio-doença. Quanto maior o número de auxílios-doença que migram para a aposentadoria por invalidez ou por morte, maior o peso nas contas da Previdência. “Portanto, o cidadão tem baixa qualidade de vida, vive mal e a Previdência Social paga por isso”, aponta a pesquisa.

APOSENTADOS INCLUÍDOS NO VALE-CULTURA

O plenário da Câmara concluiu a votação do projeto que cria o Vale-cultura. Os deputados já tinham incluído ainda no texto-base a possibilidade da distribuição do Vale-cultura para servidores públicos federais e estagiários. Para

virar lei, o projeto ainda tem que ser aprovado pelo Senado e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto foi lançado em julho pelo presidente Lula, em São Paulo. De acordo com a proposta, trabalhadores terão direito a um benefício no valor de R\$ 50,00 mensais que poderão ser gastos em ingressos de cinema, teatro, shows, museus e na compra de livros, CDs e DVDs, entre outros bens culturais. O Vale-cultura será distribuído, preferencialmente, em meio magnético e não pode ser convertido em dinheiro. Pelo projeto do governo, as empresas que aderirem ao programa terão de dar o benefício para todos os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos. No caso de funcionários com deficiência, o benefício é para quem ganha até sete salários mínimos. Eles poderão ter de dar contrapartida de até 10% do valor total do Vale-cultura. Quem ganha acima dos limites poderá ser beneficiado se a empresa não tiver atingido o teto de dedução do IR. Neste caso, a contrapartida do trabalhador pode ir de 20% a 90% do valor do Vale-cultura. Os deputados decidiram ampliar o programa. A relatora, deputada Manuela D’Ávila (PC do B-RS), incluiu entre os beneficiários os servidores públicos federais e os estagiários das empresas privadas que aderirem ao programa. Com isso, o número de beneficiários pode chegar a 14 milhões de pessoas, segundo a relatora. Na votação de destaques, a oposição conseguiu incluir no texto a ampliação do benefício para aposentados e pensionistas do INSS que recebem até cinco salários mínimos. Este Vale-cultura seria menor, de R\$ 30,00, e pago integralmente pelo Tesouro. Segundo o autor do destaque, Fernando Coruja (PPS-SC), a inclusão pode beneficiar 16 milhões de pessoas.

FICHA FACILITARÁ APOSENTADORIA

O INSS vai adotar um formulário para que os segurados possam atualizar as suas informações no Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis). O Ministério da Previdência Social quer incentivar os trabalhadores a acompanharem os extratos previdenciários e mantê-los completos. Quando não constar algum vínculo empregatício, bastará preencher o formulário e apresentar a documentação para que os dados sejam incluídos, facilitando, assim, o processo de aposentadoria. A partir de janeiro de 2010, os servidores do INSS começam a adotar a certificação digital nos procedimentos internos. Ainda no ano que vem, os contribuintes já poderão usar a certificação para consulta, como é feito na Receita Federal. Não haverá mais a necessidade da presença física do segurado nas agências. Valdir Moysés Simão, presidente do INSS, disse que toda a documentação entregue pelo trabalhador será escaneada e arquivada. A medida será

Apresente um novo sócio e concorra com ele a vários prêmios.

testada por um projeto piloto, que começa no Distrito Federal. “A Carteira de Trabalho é um exemplo. São feitas cópias das páginas e as arquivamos. Vamos escanear e guardá-las em bancos de dados que poderão ser acessados em todo o País, de qualquer agência”, explicou. Os segurados não precisarão apresentar o documento diversas vezes, facilitando a identificação de vínculos empregatícios.

TCU MANDA CANCELAR PENSÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de 90 dias para que o INSS cancele pagamentos de pensão a cerca de 30 mil beneficiários falecidos. Essas fraudes foram constatadas por meio de monitoramento de auditoria que o órgão vem fazendo desde 2005, via cruzamento de dados nacionais. A determinação pelo cancelamento das pensões consta de acórdão que teve por relator o ministro Haroldo Cedraz, do TCU, aprovado em votação unânime no fim de setembro. Portanto, o prazo para o INSS tomar as providências encerra-se em dezembro deste ano. Na decisão, o tribunal também menciona 55 mil benefícios que têm algum tipo de irregularidade. O monitoramento do TCU aponta fraudes por pagamento a pessoas falecidas, valores acima do teto previdenciário, acumulação indevida e pessoas que são jovens demais para ter direito ao benefício. De acordo com o ministro relator, “a auditoria identificou também inconsistências relevantes na base de dados do Sistema de Benefícios da Previdência Social (Sisben), com destaque para a existência de aproximadamente 3,4 milhões de registros de benefícios em que o CPF do titular estava em branco”. O TCU também levantou suspeitas sobre 1,4 milhão de pensões cuja documentação do beneficiário tinha problemas de dados.

DIABÉTICO E HIPERTENSO: LOCAL ESPECÍFICO

A Câmara analisa o Projeto de Lei 5429/09, do deputado Ribamar Alves (PSB-MA), que torna obrigatória a reserva de gôndolas, prateleiras ou corredores específicos em estabelecimentos comerciais para produtos alimentícios destinados a diabéticos e hipertensos. Segundo a proposta, o supermercado ou estabelecimento que desrespeitar a norma poderá sofrer notificação, interdição ou multa de 50 salários mínimos, aplicada em dobro no caso de reincidência. Os recursos arrecadados com as multas deverão financiar campanhas educativas sobre diabetes e hipertensão no município onde o estabelecimento estiver sediado. “A proposta traz vantagens para o comprador e para o vendedor, uma vez que o comprador terá maior facilidade para encontrar produtos adequados à sua dieta, enquanto o vendedor será beneficiado ao aumentar suas vendas”, afirma o autor da proposta. Ele ressalta que o tratamento das duas doenças é baseado no tripé: alimentação, medicação e atividade física. O Ministério da Saúde estima que existam no Brasil cerca de 17 milhões de portadores de hipertensão arterial, o equivalente a 35% da população acima de 40 anos. A hipertensão é a mais freqüente das doenças cardiovasculares. Já o diabetes atinge quase 10 milhões de brasileiros. As duas doenças costumam estar associadas. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

AÇÃO CONTRA FRAUDES

Sinceramente, aguardo ansiosamente o momento de editar um Boletim em que não haja uma nota sobre fraudes na Previdência Social. Já que esse momento não chega, vamos relatar mais um acontecimento envolvendo fraudadores: A Polícia Federal deflagrou em cinco municípios do interior paulista – Sorocaba, Itu, Salto de Pirapora, Araçoiaba da Serra e Porto Feliz -, a Operação Zepelim, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa, composta por funcionários do INSS, advogados e intermediadores, que obtinha benefícios previdenciários de aposentadoria por meio de fraudes ou corrupção. De acordo com a polícia, cerca de 250 agentes cumprem 33 mandados de prisões temporárias e 43 mandados de buscas e apreensões expedidos pela 1.^a Vara da Justiça Federal de Sorocaba. A investigação teve início no final do ano de 2008 e apurou a existência de uma organização delineada hierarquicamente, identificando quase 400 “clientes” que se beneficiaram do esquema. Nos casos de corrupção a quadrilha disponibilizava os seus “serviços” para o deferimento do pedido de aposentadoria em tempo recorde, burlando, em alguns casos, até mesmo a data do agendamento feito pelo sistema informatizado da autarquia. Nestas hipóteses, como constava um advogado como procurador do segurado, o procedimento de aposentadoria parecia formalmente idôneo. No entanto, em troca da rapidez na concessão do pedido, propinas correspondentes ao valor de três rendas mensais da aposentadoria vindoura (que variavam entre, aproximadamente, R\$ 1,5 mil e R\$ 9 mil por “cliente”) eram pagas aos funcionários do INSS. Nos casos de fraude, os benefícios eram obtidos por meio de inserção de vínculos empregatícios falsos, com data anterior a 1994, período em que o sistema do INSS ainda não era totalmente informatizado. Um funcionário do próprio instituto fazia a inserção falsa mediante pagamento de propina que girava em torno de R\$ 3 mil por “cliente”. Parte desse valor era destinada ao intermediador, que arranjara o suposto segurado, interessado em se beneficiar com a fraude. A quadrilha também agia, fortemente, nos Pagamentos Alternativos de Benefícios (PAB's). Neste caso, adotavam uma conduta bastante positiva, procurando os segurados que possuíam altos valores em atraso para receber e ofereciam os seus “serviços”, a fim de agilizar a implementação do pagamento, mediante o recebimento de 30% do montante total devido. Estima-se que alguns funcionários do INSS envolvidos no esquema de corrupção recebiam cerca de R\$ 50 mil por mês, de propina.

ESTELIONATÁRIA PRESA

Uma mulher, identificada como Telma Magalhães Nunes, de 68 anos, foi presa pela Polícia Militar quando tentava sacar R\$ 18 mil de agência bancária no Centro de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Ela estava com vários cartões magnéticos da Previdência Social. Segundo a polícia, Telma faz parte de quadrilha de fraudadores que saca indevidamente, em média, R\$ 200 mil por mês. A mulher chegou a sacar R\$ 21 mil de outra agência. Telma foi encaminhada à Polícia Federal de Nova Iguaçu que tem investigações sobre a quadrilha.

**Um abraço a todos
Jacaré
Até a próxima.**